

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

O NOME COMO ALTERNATIVA METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DOS "NOBRES" DA GOVERNANÇA LOCAL REPRESENTADOS PELOS CAMARISTAS DE VILA DO CARMO (1711-45)

Michelle Cardoso Brandão*

A década de 70 fora significativamente importante para a redefinição dos rumos da ciência histórica, principalmente no que se refere à história social de matriz francesa iluminada pelos *Annales* e sua intenção de uma “*histoire totale*” baseada na longa duração e na análise serial de extensas massas documentais, sobretudo perminita pela “geração dos computadores”. Tais procedimentos que resultavam numa análise macro e quantitativa expressava-se em leis e grandes modelos interpretativos do social.

Ao entenderem o “social” como um composto homogêneo formado por várias partes harmônicas e complementares, partiam da premissa de que tanto a sociedade quanto o comportamento dos seus indivíduos poderiam ser expressos por modelos pré-estabelecidos; o que naquele momento já não dava conta tão eficazmente da complexa história social.

Ademais a desproporção entre a árdua pesquisa quantitativa e seus resultados no que referenda a história social culminou na necessidade de uma evolução intelectual ampla e profunda que alcançasse a dimensão do objeto estudado. Neste contexto, a crise dos paradigmas da história: o estruturalismo e o marxismo herdados da “*École des Annales*”, resultou no crescente abandono do relativismo cultural e aquilo que parecia imutável e estático aos olhos do historiador social, começou a ser encarado como um processo cuja construção era variável no tempo e no espaço. Assim, a análise do social aos poucos foi passando por um processo de refinamento ao se verificar quão importante e necessário seria tratar o objeto em suas várias dimensões e ainda levar em conta a ação do indivíduo participante daquele (ou daqueles) contexto (s).

Deste modo, a micro-história italiana surgiu como um dos sintomas dessa crise em questão, cujo aspecto central se fundamentou num esforço de reformulação de procedimentos, sendo, portanto uma questão de método e não apenas de variação da escala¹.

* Mestranda em História Social – PPGHIS/UFJF. E-mail: michellehis@gmail.com.

¹ C.f. REVEL Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. BURK, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

Na medida em que se reduz a escala de observação, os fenômenos mais gerais passam a ser observados de modo mais acurado e deste modo, variando também esta escala pode-se articular a experiência singular à ação coletiva, conectando a realidade restrita às realidades múltiplas equacionadas num determinado ambiente. Daí a obtenção de uma visão mais complexa do tecido social, uma vez que este é constituído por diversas e inúmeras interrogações cruzadas, ou seja, por importantes processos de interação de grupos e /ou indivíduos que agem conforme suas possibilidades e interesses. Assim, o mais importante e inovador neste contexto seria o manuseio do objeto, o procedimento que resultou em “*estudar o social não como um objeto dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação*”².

Diante da abordagem microanalítica fica claro como o composto social não é um “objeto definido”³, mas a todo o momento redefinido pelos seus agentes sociais que nele atuam constantemente, assim “*com este procedimento, as explicações ditas macro surgiriam mais ricas e refinadas*”⁴ uma vez que não ocultariam a variedade das formas de interação social e suas conseqüências que são como bem afirma João Fragoso, são importantes ferramentas explicativas.

A redução da escala portanto, permite-nos entender mais apuradamente os fenômenos “gerais” e a forma de “funcionamento” do objeto, partindo de problemas numa escala macro, as respostas podem ser melhor verificadas numa escala mais minuciosa, num contexto mais aproximado, ou seja, micro. Suas conclusões não seriam, pois, modelos prontos e estáticos, mas variáveis passíveis de comparação com outros contextos que, em tese, viveram o mesmo processo geral.

Ao buscarmos entender o “funcionamento” dos mecanismos que engendraram a formação da primeira elite local marianense, fica possível ainda mesmo que tangencialmente, visualizarmos os parâmetros norteadores da relação centro-periferia através do acompanhamento da trajetória de alguns desses indivíduos que formavam o grupo do oficialato camarista de Mariana na primeira metade do setecentos. Isso porque tal procedimento “*permite destacar ao longo de destino de um homem (...) a complexa rede de*

² Idem. p. 17

³ C.f. REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

⁴ FRAGOSO, João. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial. In: OLIVEIRA, Mônica e ALMEIDA, Carla. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

relações, a multiplicidade de espaços dos tempos nos quais se inscreve”⁵. Assim, tomar o nome como “fio de Ariana” permite ao pesquisador guiar-se em meio às várias séries documentais, na medida em que é o nome que distingue um indivíduo do outro e, ao mesmo tempo, é o nome que permite visualizá-lo nas diversas conjunturas das quais ele passa a fazer parte em virtude das inúmeras relações que estabelece no seu dia-a-dia. Isto é, as estruturas invisíveis que regulam as relações sociais são alcançadas ao enveredarmos pelos caminhos escolhidos por estes atores sociais (no caso, os oficiais camaristas), apreendendo suas ações, visão de mundo, escolhas e investigando suas atitudes e formas de reação frente às possibilidades e alternativas encontradas.

Assim, como já fora observado por Carlo Poni e Carlo Ginzburg⁶, partindo do nome, tende-se à percepção dos indivíduos nas suas relações com outros indivíduos, transpondo à barreira do geral e mais visível, passando pelas estratégias desenvolvidas e alcançando fenômenos que trarão uma significativa carga de informações sobre o espaço e o ambiente nos quais os indivíduos se articulam.

Neste ínterim, o estudo e a análise do funcionamento dos parâmetros que direcionavam o recrutamento dos “homens-bons” aos postos camarários em Vila do Carmo revela também significativas faces da dinâmica imperial e do nascimento dessa elite local forjada à luz do Antigo Regime. Ao passo que sua compreensão se faz enquanto peças-parte de um império, cuja negociação entre metrópole e colônia se inscreve no nível das barganhas entre os indivíduos que agem conforme seus objetivos e possibilidades.

Antes, contudo de aprofundarmos nesta questão, é importante ressaltar a contribuição do antropólogo norueguês Fredrik Barth para o enriquecimento da abordagem micro-histórica. Vale ressaltar ainda, que não temos a pretensão de realizar um trabalho micro-analítico o que é efetivamente “impossível” em virtude, inclusive, da profunda lacuna documental no Brasil, mas temos como principal interesse demonstrar como algumas ferramentas da micro-análise, seguida do aparato teórico legado por Barth foram sine qua nón no desenvolvimento da pesquisa que propomos.

Os trabalhos de Fredrik Barth, mesmo antes das primeiras “movimentações” da dita micro-história italiana no cenário internacional, traziam uma inovadora forma de apreensão da sociedade. As publicações do antropólogo norueguês já em fins da década de 1960 criticavam

⁵ REVEL Jacques. “A história ao rés-do-chão”. In: LEVI, Giovanni. *Op cit.* p. 17.

⁶ C.f. GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico e PONI, Carlo. O nome e o como. Mercado Historiográfico e troca desigual. In: Carlo Guinzburg, Enrico Caltelnuovo & Carlo Poni. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.

a abordagem estruturalista, puma vez que tal análise tiraria dos indivíduos toda a espontaneidade de ação, transformando os agentes sociais em “robôs”.

Segundo F. Barth os indivíduos/grupos devem ser analisados e entendidos como agentes “posicionados para a ação”, ao passo que agem conforme recursos e valores individuais, cujas escolhas e estratégias são dotadas de imprevisibilidade e incerteza, pois seu raio de ação é condicionado pela ação do outro que também visa “maximizar seu ganho” dentro daquilo que lhe é possível e interessante⁷. Logo o indivíduo passa a ser ponto de encontro de várias relações o que equivale a dizer que o processo de interação social constrói um universo em constante movimento e não um modelo estático e global.

Assim, para entender o comportamento dos indivíduos (no caso exposto, os oficiais camarários) é necessário descrever o processo que o gerou e desta forma ter acesso aos valores que nortearam as ações, estratégias e recursos dos agentes dos quais estamos tratando.

Isto significa dizer que a câmara, enquanto *locus* mediador das relações entre centro e periferia era espaço de interação e negociação entre dois eixos norteadores desta relação: Rei e oficiais da municipalidade; e ambos agiam em busca do que F. Barth denomina “*maximização de ganhos*”⁸. Neste sentido, para F. Barth, ao interagirem, os indivíduos partem sempre à procura de ganhos e esta noção de ganhar será sempre condizente com o contexto do qual participa, com a sua posição social, recursos, interesses e necessidades, que são diferenciadas porque os indivíduos são culturalmente diferentes. Assim, a interação entre oficiais e Rei se expressava numa relação pautada na reciprocidade em que há de se levar em conta as inúmeras possibilidades que se apresentavam frente aos agentes em “*um espaço que as pequenas comunidades locais tentavam se exercer de fato em um contexto em enorme transformação*”⁹ e o Rei via alternativas do exercício de sua justiça. Deste modo, cada parte agia conforme sua necessidade e interesse, concorrendo por espaços de poder de mando, reconhecimento e construindo sua autoridade, o que equivale a dizer que:

A idéia perpassada é a de que ao final da interação ambas as partes saem ganhando, ou seja, ambas as partes maximizam seus ganhos, pois se leva em conta que as expectativas dos atores que estão interagindo são diferentes e que cada um tem uma noção diferenciada do que é

⁷C.f. FRAGOSO, João *apud* BARTH, Fredrik. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial. In: OLIVEIRA, Mônica e ALMEIDA, Carla. *Nomes e números... Op cit.*

⁸ Para mais sobre o assunto ver: BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, especialmente os capítulos 1 e 2. Ver também: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microhistória. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹ Ver: FILHO, Henrique Espada Lima. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 272.

*ganha algo, fato que está relacionado com o status de cada um e com seu posicionamento social*¹⁰.

Assim sendo, ao partirmos de uma abordagem interacionista da análise da relação entre oficiais e Rei com base no sistema de mercês será possível entender a forma como se efetivou a relação entre as partes supracitadas e como as mercês adquiridas nesta relação de reciprocidade interferiram no processo de “qualificação” social do indivíduo, legitimando sua distinção. O processo de transformação que a incipiente Vila do Carmo passa no início do século XVIII é o que, nas palavras de J. Fragoso iluminado por F. Barth seria “um encadeamento de sucessivas transformações ocasionadas pelas interações de seus agentes (...) um processo generativo”¹¹.

Chamamos a atenção pelo fato de que “*o sistema de mercês no Reino e nas conquistas produzia súditos para a Coroa, gerava laços de lealdade, porém dava condições para a geração e reprodução de uma elite local com interesses próprios*”¹².

Neste sentido, com o objetivo de apreender os critérios que determinavam a escolha dos indivíduos para ocuparem cargos na câmara, em virtude de sua qualidade, o sistema de mercês foi um importante veículo na condução destes oficiais à proeminência social. Entre outros importantes elementos que poderiam tornar o indivíduo apto ao cargo na câmara, os benefícios reais (mercês) concedidos em troca dos serviços prestados à Coroa, ajudaram na configuração destes camaristas marianenses enquanto homens detentores de distinção, possibilitando-os a obtenção de importantes predicados na sua empreitada rumo à busca por prestígio, tornando-os ainda, parte constituinte da elite local em formação. Assim, além das conquistas e defesa da terra, os serviços ao Rei e a ocupação de cargos públicos, “*(...) as mercês régias recebidas em retribuição dos serviços prestados podem ser evocados como critérios de formação e de definição das elites coloniais*”¹³.

O fato de o acesso às câmaras ser definido via processo eleitoral fazia das mercês adquiridas um poderoso meio de fornecer ao indivíduo um status superior em virtude da

¹⁰ COSTA, Ana Paula Pereira. **Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção da sua autoridade. Vila Rica (1735-1777)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2006, p.59.

¹¹ FRAGOSO, João *apud* BARTH, Fredrik. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial. In: OLIVEIRA, Mônica e ALMEIDA, Carla. *Nomes e números...* Op cit.p. 41.

¹² FRAGOSO, João. A formação da economia colonial do Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: RAGOSO, João & GOUVEIA, Maria F. In: **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 50.

¹³ BICALHO, Maria Fernanda. **Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia...** Op. cit., p. 74.

aquisição de algum título, do exercício de alguma ação ou ofício na esfera administrativa, qualificando-o.

Muitos estudiosos¹⁴ sobre este assunto, ao buscarem entender a relação entre os indivíduos e, principalmente entre súditos e Rei nas sociedades de Antigo Regime lançaram mão da noção de “*economia moral do dom*” de Marcel Mauss¹⁵. Embora suas teorias tenham sido a via mais utilizada no processo de compreensão do sistema de mercês na sociedade portuguesa e no seu vasto império, não será esta a perspectiva através da qual definiremos os rumos da nossa investigação, vejamos o porquê.

Ao interpretar a comunicação pelo dom, Mauss observa que os beneficiados ao receberem uma mercê, estariam ligados ao monarca através de uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores, o que implicaria numa relação de dependência mútua. Isso significa que o presente recebido abrigaria em si o fato de não ser inerte, ou seja, mesmo dispensado pelo doador é, ainda, qualquer coisa dele e por isso aquele que o dispensa tem o domínio também sobre o beneficiário. Assim, ao aceitar um dom, o beneficiado aceita também que o doador exerça direitos sobre ele, criando dons e contra dons, um estado de endividamento, implicando não só a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supondo igualmente a obrigação de dar e receber¹⁶.

Como podemos observar a noção de economia do dom de Mauss engessa as relações, tornando-as mecânicas uma vez que os atores se relacionam de maneira dependente, o que exclui toda a espontaneidade do processo e desconsidera a ação do indivíduo. Partindo de um modelo pronto, M. Mauss deixa de experimentar as peculiaridades das ações individuais, tornando a relação estática não levando em conta a ação dos atores frente aos recursos e estratégias que têm e podem utilizar ou não, à medida que surgirem suas necessidades. Logo, Mauss entende “*o comportamento como dado, pois pressupõe-se que as normas já estão prontas não havendo espaço para a ação que o sujeito vivencia*”¹⁷.

¹⁴ A título de ilustração, citamos XAVIER, Ângela Barreto, HESPAÑHA, António Manuel cujo ensaio intitulado *Redes clientelares*. In: HESPAÑHA, António Manuel (org.). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vem sendo recorrentemente apropriado por diversos historiadores brasileiros. Nele, Hespanha e Xavier, iluminados pela noção de economia moral do dom de Mauss, entendem a liberalidade régia, ou seja, o exercício da justiça real em face à distribuição de mercês e benesses, bem como as demais relações de troca nas sociedades de Antigo Regime, à partir da tríade: dar, receber, restituir. Configurando este, a nosso ver, um modelo pronto e estático o qual não nos permite de fato, ter acesso às ações dos atores sociais.

¹⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em minas colonial (1750-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado, p. 249.

¹⁶ MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1950, p. 64-67.

¹⁷ COSTA, Ana Paula PeReira. **Atuação de poderes locais no império lusitano...** Op.cit., p. 58.

Diante do exposto, propomos uma sofisticação na análise dessa relação desenvolvida entre agentes locais (oficialato camarista) e Rei partindo da já mencionada perspectiva interacionista proposta por F. Barth, a partir da qual os atores sociais podem ser visualizados em sua globalidade; uma vez que, em virtude do desejo de “maximização de ganhos” fazem escolhas, se posicionam conforme seu raio de ação e se “lançam a cada momento em busca de objetivos diferentes e articulando diversas formas de ação” ¹⁸. Assim sendo, os eventos decorrentes dessa relação são compreendidos como:

O resultado do jogo entre causalidade material e a interação social e, conseqüentemente sempre se distanciam das intenções dos atores individuais. Precisamos incorporar ao nosso modelo de produção da cultura uma visão dinâmica da experiência como resultado da interpretação de eventos por eventos e por indivíduos, bem como uma visão dinâmica da criatividade como resultado da luta dos atores para vencer a resistência do mundo ¹⁹.

Convém destacar que, percebemos como mais apropriado no que se refere aos estudos concernentes à sociedade Moderna, uma análise relacional em que as categorias não sejam como habitualmente definidas com base na separação, mas na vinculação. Pois, para além dos corpos sociais tradicionalmente estudados, os homens agrupam-se, ainda, em função de referentes como família, parentesco, linhagem, clã, amizade, vizinhança, senhorio, clientela, a partir dos quais constituem laços estruturantes que comportam regras de funcionamento precisas, supondo o exercício de autoridade e conduzindo a um agir solidário ²⁰.

Portanto, ao colocarmos em relevo todas as possibilidades locais existentes nas relações entre os sujeitos, torna-se possível uma melhor compreensão da forma como estes desenvolveram estratégias próprias e particulares em resposta à realidade normativa da qual faziam parte e estavam em constante interação.

A prática e a pesquisa antropológica iluminaram a micro-história, que teve em Barth seu principal substrato teórico. Assim, sua valorização quanto à importância do trabalho de campo e de observação – o método empírico, fazendo trazer à tona detalhes e incongruências sociais, foram transportados à uma realidade diferente daquela em que o antropólogo trabalha: o passado. “O estudo se atribui à tarefa de recuperar a gama das formas a serem explicadas e, a seguir, reúne as observações colhidas para se chegar ao objetivo final: reduzir a

¹⁸ FILHO, Henrique Hespada Lima. LIMA, Henrique Espada. **Microstoria: escalas, indícios e singularidades...** Op cit., p. 258.

¹⁹ BARTH, Fredrik. . **Process and form in social life...** Op cit., p. 128-129.

²⁰ VARANDAS, José. Tecido social e redes de poder... In: BARATA, Filipi Themudo (Coord). **Elites e redes clientelares na Idade Média**. Edições Colibri & CIDEHUS-EU, Lisboa, 2001, p. 60.

diversidade das observações a uma série concentrada de mecanismos que as engendram”²¹. A diferença entre o antropólogo Barth e os micro-historiadores reside no fato destes terem de ir aos arquivos e não à observação propriamente dita do objeto. Ambos, contudo, desconfiam das categorizações à priori, e exercitam sua capacidade de reflexão frente ao objeto analisado. Assim, faz-se a pesquisa num caráter mais completo, abordando o problema na sua complexidade, tocando, inclusive, nos axiomas. Percebo, neste contexto, que o caminho que se vem traçando no que se refere aos estudos sobre a América Lusa, reflete justamente esta prática, que através de um estudo mais profundo, detalhado e empírico, permite-se descortinar uma realidade diversa àquela que até o momento foi aceita como definitiva por vários historiadores. Daí emerge uma sociedade colonial mais dinâmica e capaz de estabelecer meios de se autonomizar e consolidar o poder de sua elite local.

Giovanni Levi, iluminado por F. Barth ressalta o quanto os indivíduos estão à mercê uns dos outros e o quanto é grande o grau de interatividade entre eles, demonstrando amplamente a necessidade que estes indivíduos têm de responderem às questões que o seu universo lhes impõem. Ainda, Edoardo Grendi quando trata do “excepcional normal”, enfatiza a necessidade de se ater também e, principalmente, àquilo que dentro de um certo contexto parece fugir à regra, revelando, pois, algo que o documento não deixa transparecer uma vez que não é constante; permitindo assim, indagar às estruturas invisíveis dentro das quais aquele objeto se articula. Deste modo,

*os casos estranhos, excepcionais (...) devem, também eles, fazer parte do continuum dos possíveis – e têm grandes chances de aparecer numa das sua extremidades polares. A noção de excepcional normal longe de refletir uma mística da margem, ou da marginalidade, nada mais é que a expressão desse princípio. Concretamente essas forma extremas com frequência são muito preciosas metodologicamente: elas ajudam a definir quais são os dois pólos do continuum, ou seja, ter uma idéia mais concreta da gama que podem percorrer as formas estudadas.*²²

Ao fugir dos modelos, enfatizando a ambigüidade e as fraturas dos sistemas normativos que constituem a sociedade está ligada à necessidade de colocar a mudança como objeto central da análise. Segundo Levi, é impossível a sociedade ser tratada como um *continuum* homogêneo.²³

Assim, a ênfase na incoerência de qualquer sistema normativo estava no centro das discussões de Barth sobre os modelos antropológicos: o mundo social não é perfeitamente integrado, todos os sistemas de normas são fraturados pelas incoerências internas. Apenas a

²¹ REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. p. 164

²² REVEL, Jacques. *Op. cit.* p.167

²³ C.f. LIMA, Henrique Espada. *Op cit.* p. 273

atenção sobre as discontinuidades, as divergências, permitiria colher o processo dinâmico das transformações sociais a partir do seu ângulo mais concreto: resgatar as estratégias individuais e de grupo daria chance para compreender de que modo engendravam-se nas situações singulares os processos sociais de grande escala.”²⁴

Deste modo, na micro-história são construídos modelos generativos, que permitem integrar os diversos percursos e escolhas individuais, algo inaugurado por Barth. É neste sentido que as teias de relacionamento e solidariedades são consumadas,

poderia dizer que cada pessoa está ‘posicionada’ em virtude de um padrão singular formado pela reunião, nessa pessoa, de partes de diversas correntes culturais, bem como em função de suas experiências particulares. (...) A noção de ‘posicionamento’ oferece uma maneira de juntar novamente o que nós desmontamos e de relacionar as pessoas às múltiplas tradições que elas adotam e que as impulsionam²⁵.

Como se percebe, Barth já havia buscado na teoria dos jogos o seu modelo de análise do social, ou seja, sua perspectiva de observação da relação entre a escala macroscópica e a microscópica aparece bem antes de Revel, que por sua vez vem propor, um jogo de escalas: a inevitável busca do micro no macro e vice-versa, o que permitiria uma análise microssocial, experimental subscrita por um grande número de contextos diferentes.

Nesse ínterim, percebe-se, pois, o quanto Barth faz-se importante enquanto referencial para a micro-história e como o estudo microanalítico tem a contribuir para os estudos de cunho mais social, numa abordagem mais local ou mesmo regional como o que proponho ao estudar a elite local marianense, expressa pelos oficiais camarários setecentistas. Deste modo torna-se possível compreender melhor os mecanismos próprios da sociedade marianense do século XVIII e o modo como desenvolviam suas relações, perpassando o aspecto social, político e até mesmo econômico.

Como se percebe, Barth já havia buscado na teoria dos jogos o seu modelo de análise do social, ou seja, sua perspectiva de observação da relação entre a escala macroscópica e a microscópica aparece bem antes de Revel, que por sua vez vem propor, um jogo de escalas: a inevitável busca do micro no macro e vice-versa, o que permitiria uma análise micro-social, experimental subscrita por um grande número de contextos diferentes.

Neste aspecto, nosso objetivo é entender como se configurou a formação da governança da terra em Vila do Carmo, entenda-se isso como a apreensão dos requisitos que tornavam estes indivíduos aptos ao ofício e como desencadeava sua relação com o Rei. Assim, pretendemos ter acesso ao estatuto e ao significado daqueles ‘principais’, também

²⁴ *Idem.* p. 261

²⁵ BARTH, Fredrik. *Op cit.* p. 138

conhecidos como ‘nobreza local’; ou seja, indivíduos dotados de qualidades específicas que os tornavam capazes de fazerem parte do seleto grupo do oficialato marianense ainda em constituição.

À partir do exposto, concluímos que a orientação da referida pesquisa com base na perseguição de trajetórias de certos indivíduos, “manuseados” por ferramentas da micro-história, permitem-nos uma apreensão mais complexa e rica das diversas dimensões do objeto que visamos abordar: a elite administrativa marianense da primeira metade do século XVIII.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Do Reino às Minas: o ‘cosmopolitismo’ da elite mineira setecentista. In: FRAGOSO, João; JUCÀ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (Orgs.) **Nas rotas do Império**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

_____. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em minas colonial (1750-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado.

ANASTAZIA, Carla. **Vassalos rebeldes: violência nas Minas na primeira metade do século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. Vol 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

_____. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Elites coloniais: a *nobreza da terra* e o governo das conquistas. História e historiografia”. In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). **Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime**. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005

_____. Cidades e elites coloniais: redes de poder e negociação. In: **Vária História**, nº 29, p. 17 – 39. Belo Horizonte, 2003.

_____. Conquista, mercês e poder local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Revista Almanack Brasiliense**, nº 2, São Paulo, nov. 2005.

_____. Pacto colonial, autoridades negociadas e o Império ultramarino português. In: SOIET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História**. Rio de Janeiro: Maud, 2005.

BOXER, Charles R. **O império colonial português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 1969.

_____. **A idade do ouro no Brasil (dores do crescimento de uma sociedade colonial).** 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRANDÃO, Michelle Cardoso. **Estado e Quadro Fiscal na Era Moderna: Portugal e Brasil.** Ouro Preto: UFOP, 2005. Monografia de Bacharelado em História.

CAMPOS, Maria Verônica. Goiás da década de 1730: pioneiros, elites locais, motins e fronteiras. In: BICALHO, Maria F. & FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (Orgs.). **Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX.** São Paulo: Alameda, 2005.

DUARTE, Luis Miguel. Os melhores da terra. In: Barata, Filipi Themudo (Coord). **Elites e redes clientelares na Idade Média.** Edições Colibri & CIDEHUS-EU, Lisboa, 2001.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas apresentações. In: **Termo de Mariana: história e documentação.** Ouro Preto: Editora UFOP, 1998.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos”. In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). **Optima Pars – elites ibero-americanas do Antigo Regime.** Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FRAGOSO, João. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial. In: OLIVEIRA, Mônica e ALMEIDA, Carla. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.* Juiz de Fora: UFJF, 2006

FURTADO, Júnia F. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas.** São Paulo: HUCITEC, 1999.

GINZBURG, Carlo, CASTELNUEVO, Enrico e PONI, Carlo. O nome e o como. Mercado Historiográfico e troca desigual. In: Carlo Guinzburg, Enrico Caltelnuovo & Carlo Poni. **A micro-história e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.

GREENE, Jack. **Negotiated Authorities. Essays in colonial political and constitutional history.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

GRYNSZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1999.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVEIA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal, século XVII.** Coimbra: Almedina, 1994.

KANTOR, Íris. A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. **Termo de Mariana.** Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Reciprocidad mediterránea**. Tiempos modernos. (www.tiemposmodernos.org).

MAGALHÃES, Joaquim Romero. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo... (et al). Os nobres da governança da terra. In: **Optima Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime**. Editora Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

_____. Gente nobre, gente importante. In: **O Algarve econômico. 1600-1773**. Lisboa: Estampa, 1933.

_____. **História de Portugal: no alvorecer da Modernidade**. Vol 3. Editorial Estampa, 1997.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre Dádiva**. Lisboa: Edições 70.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

_____. Os concelhos e as comunidades. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Vol. 4.

_____. O Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime. **Almanack Brasiliense**. SP, nº 5, maio de 2007, pp 55-66.

_____. CARDIM; Pedro e CUNHA, Maria Mafalda Soares (Orgs). **Optima Pars: Elites ibero-americanas no Antigo Regime**. Editora: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

_____. O Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: **Almanack brasiliense**. São Paulo, nº 2, novembro de 2005.

PRIORE, Mary Del. **Revisão do Paraíso**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RÉMOND, René. A organização social do Antigo Regime. In: **O Antigo Regime e a revolução**. São Paulo: Cultrix, 1986.

ROSENTAL, Paul-André. “Fredrik Barth e a Microhistória”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: UNESP, 2005.

SOUSA, Avanete PeReira de. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o senado da câmara da Bahia (século XVIII). In: **Modos de Governar: idéias e práticas**

Políticas no império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século VIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

SUBTIL, José Manuel. A Administração central da coroa. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. **História de Portugal: no alvorecer da Modernidade**. Vol 3. Editorial Estampa, 1997.

VARANDAS, José. Tecido social e redes de poder... In: BARATA, Filipi Themudo (Coord). **Elites e redes clientelares na Idade Média**. Edições Colibri & CIDEHUS-EU, Lisboa, 2001.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do senado da câmara. In: **Termo de Mariana: História e documentação**. . Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António M. (Coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 4.

____ A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António M. (Coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 4.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o Rei. In: PRIORE, Mary Del (Org). In: PRIORI, Mary del. **Revisão do paraíso**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2000.

Dissertação:

COSTA, Ana Paula PeReira. **Atuação dos Poderes Locais no Império Lusitano:” uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias de autoridade. Vila Rica (1735-1777)**. Dissertação de Mestrado. RJ: UFRJ, PPGHIS, 2006.

MATHIAS, Fernanda Fioravante Kelmer. **À custa do sangue, fazenda e escravos: formas de enriquecimento e padrão de ocupação dos ofícios da Câmara de Vila Rica, c.1711 - c.1736**. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2008.

Fonte Impressa:

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência no Brasil**. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/INL, 1976, 2ª ed.

Obra de Referência:

CARVALHO, Francisco A. **Dicionário dos Bandeirantes e Sertanistas Brasileiros**. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.